



Relatório de Participação em Viagem Internacional

Evento: IGF Lusófono 2025

Local: Maputo (Moçambique)

Período: 21.09.2025 a 25.09.2025

Participante: Bianca Kremer

1. Objetivo

Compor a representação do Comitê Gestor da Internet no Brasil no evento. Integrar as discussões da comunidade lusófona para as oportunidades da internet aos falantes de língua portuguesa. Acompanhar os debates e integrar uma das mesas como palestrante. Promover abertura de diálogo e viabilizar conexões para novos e futuros projetos junto à comunidade lusófona.

2. Participação no evento

O III Fórum Lusófono teve nesta a sua segunda edição presencial, sendo também minha segunda participação no evento. Foi co-organizado pelo CGI.br, o INTIC, o .PT e a Anacom. O evento tem caráter multissetorial e o propósito de estabelecer um espaço de diálogo sobre as interfaces culturais, étnicas e instrumentais para a internet de língua portuguesa. Demonstrando que os falantes de língua portuguesa possuem especificidades no seu modo de interagir na rede, além de uma robusta participação nos espaços digitais em sendo uma das línguas mais faladas no mundo. Trata-se, portanto, de uma iniciativa jovem, com muitos desafios pela frente na sua solidificação, mas com um grande potencial de colaboração entre os países.

O fórum levantou importantes discussões sobre acesso, inclusão e diversidade na lusofonia digital. Trazendo pontos de atenção para pensar em coletivas estratégias de redução da exclusão digital, que ainda é uma realidade pungente especialmente no contexto dos países africanos, e a promoção do acesso universal à internet. Foram abordadas iniciativas nacionais e regionais destinadas ao combate à exclusão digital, trazendo exemplos de conectividade em zonas remotas, capacitação digital e desenvolvimento de estruturas acessíveis e sustentáveis.

O tema da diversidade linguística voltou a aparecer, como no fórum do ano passado. Se mostrando um ponto de preocupação no bloco de países lusófonos. Além de discutir o papel da língua portuguesa no espaço digital global, os palestrantes abordaram os obstáculos à integração da língua na produção e desenvolvimento das tecnologias



emergentes, sobretudo ferramentas de IA generativa. Algo que ficou evidenciado nos debates foi a dificuldade dos países africanos encontrarem e disseminarem conteúdo no português falado em seus países e comunidades, de modo que na web a maior parte dos conteúdos consumidos e impulsionados a eles são no português brasileiro e advindos da nossa regionalidade.

A inteligência artificial também esteve no foco dos debates. Discutiu-se ferramentas para o alcance do desenvolvimento sustentável na lusofonia, e o estabelecimento de uma governança da IA lusófona. Explorando os desafios para a criação de um modelo de governança ético, participativo e multilateral para a IA no espaço lusófono em cooperação mútua para os países-membros.

Particpei como moderadora no Painel 3: IA como ferramenta para a lusofonia. Mobilizei diálogos entre oradores de diferentes países sobre suas perspectivas e realidades, com casos de IA aplicados a setores prioritários como educação, saúde, agricultura e administração pública. Destacando os benefícios sociais e econômicos das tecnologias emergentes.

Fiz duas perguntas orientadoras aos palestrantes. A primeira, sobre a existência de uma estratégia nacional de IA em seus países para encontrarmos possíveis pontos de confluência ou divergência. Destaquei da fala dos palestrantes os seguintes aspectos comuns de preocupação: soberania, ética, sustentabilidade, cibersegurança, serviços públicos datificados e literacia digital.

O Prof. Vitor Guerra (AMPETIC – Moçambique) destacou a importância do investimento em infraestrutura e educação em IA no atual momento histórico que vivemos, e destacou que a inteligência artificial não é uma tecnologia disruptiva, mas nos trouxe alguma disrupção. Vendo uma oportunidade, como países de língua portuguesa, para fazermos diferente e trilharmos nosso próprio caminho.

O Sr. Me. João Vembane (Unesco – Moçambique) destacou os recentes estudos da Unesco sobre ética e IA, voltados à inclusão, diversidade, e combate ao *gender divide*. Estabeleceu também que do conjunto de recomendações da Unesco, a mais relevante no contexto moçambicano a seu ver seria a aprovação de uma lei de proteção de dados e uma estratégia de IA. Trouxe um importante ponto de alerta que, ao meu ver, seria um dos mais relevantes e lúcidos de todo o encontro lusófono: a construção de uma estratégia comum perpassa nos conhecermos e nos conhecermos melhor enquanto países lusófonos, pois construir uma comunidade perpassa entendê-la como um espaço de indivíduos estranhos uns aos outros, mas em que **a convivência vai construir a confiança e tirar os elementos que nos fazem estranhos uns aos outros.**

Diogo Cortiz (Nic.br) apontou três principais perspectivas para entendermos o mercado atual de IA. Primeiro, trata-se de um cenário de bastante concentração no contexto de infraestrutura, aplicações de modelos e aplicações de dados. Com domínio da China, EUA e alguns países da Europa. Explicou que NVIDIA e Huawei dominam o mercado de chips, e trata-se de uma tecnologia bastante cara. De tal modo que, 1 GPU, custa em média de 35 a 30 mil dólares. E o desenvolvimento de modelos de IA como conhecemos hoje utilizam, em média, 50 mil GPUs. A IA da empresa Meta utiliza hoje 300 mil GPUs, e o governo brasileiro acabou de adquirir 24 GPUs. Trazendo essa perspectiva comparada de custos e gastos, encerrou trazendo que é importante estabelecer uma infraestrutura em um mercado concentrado, que escassez de dados em língua portuguesa pode ser um problema, e que não necessariamente o desenvolvimento vem da produção de tecnologia, mas também do bom uso dela. Destacando, por fim, que o dado é um artigo estratégico para a soberania digital. E não vamos ter nenhuma estratégia de soberania sem acesso a esses dados.

Por fim, destaco as falas de Luis Neves Domingos (CIUEM) trouxe questões relativas a níveis de maturidade em desenvolvimento de IA apresentando que muitos contextos de uso de IA não são necessariamente adequados às nossas realidades. Abordou questões controversas sobre soberania de dados e a importância de uma abordagem crítica em ética e IA. Trazendo que a questão da cooperação lusófona pode explorar as oportunidades de plataformas abertas em português, e alavancar o aspecto relacionado ao desenvolvimento de IA. E que esses conteúdos podem ser adaptados tendo em conta a diversidade cultural e linguística dos nossos países.

A Sra. Sandra Almeida destacou em sua fala a indissociável relação entre IA e as vidas humanas, trazendo pontos interessantes da abrangência do AI Act e a importância da literacia digital, destacando que a lusofonia é a nossa força: nossa soberania, nossos dados, nossos valores e nossa cultura. Trouxe que a diversidade pode ser uma força e um valor apropriado, e o nosso multilinguismo traz essa possibilidade. E que o que nos une como lusófonos é a humanidade, e a característica do humano é que ele se comunica.

Por fim, o Prof. Dr. Marcelo Fornazin destacou a experiência brasileira com o PBIA, lançado ano passado, e a importância de manter o enfoque na IA para o bem de todos. Mantendo foco na questão da soberania tecnológica e no seu uso para melhoria dos serviços públicos. Trouxe a experiência do Brasil na área da saúde pública, trazendo que **saúde não seria a ausência de dor**. Mas um conjunto de condições sociais, de moradia, econômicas, de cuidados primários e proximidade.

Com esta fala do Prof. Fornazin, concluo minhas impressões pessoais sobre este fórum: um espaço potente de articulação coletiva e colaboração mútua, mas que ainda nos exige muito esforço de escuta e sensibilidade para as múltiplas experiências do colonialismo dos nossos povos e territórios. Somente assim, com escuta e regularidade, avançaremos.